

Brasília-DF, 27 de março de 2026

CNTI, FEDERAÇÃO e SINDICATO debatem situação crítica da JARI CELULOSE



Em reunião virtual realizada na quinta-feira (26), a **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI**, o **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Celulose, Pasta de Madeira para Papelão e Cortiça do Pará e Amapá** e a **Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Pará** discutiram a grave situação enfrentada pelos empregados da empresa de papel JARI, marcada por atrasos salariais, descumprimento de direitos e condições precárias de trabalho.

O encontro teve como foco a articulação de uma estratégia conjunta para enfrentar a crise que afeta diretamente centenas de trabalhadores e famílias na região. Entre os principais encaminhamentos, destacou-se a necessidade de buscar a interlocução da CNTI com o BNDES, visando construir uma solução institucional que assegure o pagamento imediato dos salários e demais direitos dos trabalhadores.

Os sindicatos reforçaram que permanecem mobilizados e pressionando por respostas rápidas diante da urgência social e econômica do caso. Participaram da reunião o presidente do Sintracel, companheiro Ivanildo Quaresma Uchôa, o diretor financeiro José Antônio Pinto da Silva, o assessor jurídico Dr. Raimundo Cesar Ribeiro Caldas e o vice-presidente do Sintracel Carlos Lacerda Maciel, além do presidente da CNTI companheiro José Reginaldo e o secretário geral Nelsoninho Bonardi.

Conclat 2026: Centrais Sindicais divulgam orientações para participação em ato e marcha em Brasília



As principais centrais sindicais do país (Nova Central, CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, Intersindical e Pública) convocam trabalhadores e trabalhadoras para a Conclat 2026 (Conferência da Classe Trabalhadora), que será realizada no dia 15 de abril, em Brasília (DF). O encontro terá como eixo o lema "Empregos, Direitos, Democracia, Soberania e Vida Digna".

A programação começa às 8 horas, com concentração

em frente ao Teatro Nacional, onde será realizada a plenária até as 11 horas. Em seguida, os participantes seguem em marcha até o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto, onde será entregue um documento com as principais demandas da classe trabalhadora às autoridades federais.

O texto-base da Conclat foi debatido e atualizado por entidades sindicais de todo o país, reunindo propostas que dialogam com os desafios atuais do mundo do trabalho. Entre as pautas defendidas estão a redução da jornada sem redução salarial, geração de empregos decentes, valorização do salário mínimo, fortalecimento da negociação coletiva, combate à precarização e regulamentação do trabalho por plataformas digitais.

Também integram a agenda reivindicações como a redução da taxa de juros, avanços nas políticas de saúde e segurança no trabalho, combate ao

Brasília-DF, 27 de março de 2026

feminicídio e a defesa da Convenção 151 da OIT, voltada à negociação coletiva no setor público.

As centrais orientam os participantes a comparecerem com identificação, itens de uso pessoal e materiais de suas entidades, como camisetas, bonés e bandeiras. Recomenda-se ainda o uso de roupas leves, protetor solar e calçados confortáveis, além de cuidados com hidratação e saúde durante a atividade.

A expectativa é reunir milhares de trabalhadores e trabalhadoras na capital federal, em um ato de mobilização nacional em defesa de direitos e de uma agenda voltada ao desenvolvimento com justiça social.

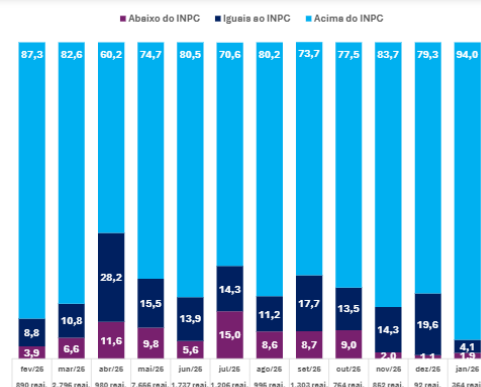
É hora de fortalecer a unidade e ocupar Brasília em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

[SIGA AS ORIENTAÇÕES DO CARD](#)

Fonte: NCST

Categorias mantêm ganho real nas datas-bases

Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com a variação do INPC (em %) - Brasil, últimas 12 datas-bases



Fonte: MTE, Mediador
Elaboração: INEPSE

A classe trabalhadora brasileira vive um período extenso de ganhos reais de salário e aumento no poder de aquisitivo.

Segundo o Boletim "De olho nas negociações", edição 66ª, do Dieese, em fevereiro, 88,6% dos reajustes registrados no Mediador, até 9 de março, resultaram em ganhos salariais reais, na comparação com a inflação medida pelo INPC.

No entanto, cresceu o número de acordos coletivos com índices abaixo da inflação. Em janeiro, acordos abaixo do INPC haviam sido de 2,2%. Já em fevereiro, houve um salto para 7,8%.

Quanto à variação média nos índices negociados pelas categorias, a oscilação baixou de 1,92% para 1,44%. Mesmo assim, os dados de fevereiro estão entre os melhores registrados nas últimas 12 datas-bases.

Razões – A Agência Sindical ouviu Rodolfo Viana, economista do Dieese e professor. Ele diz: "Caso a inflação se mantenha baixa, isso abre possibilidade da continuidade dos ganhos reais. Mas tem aí a guerra Estados Unidos-Israel e Irã, o que pode elevar a inflação".

Rodolfo também destaca o crescimento da economia nacional, que tem se mantido perto dos 2% ao ano. Em sua opinião, esse crescimento pode ajudar as negociações coletivas a obter ganhos reais. Mas, adverte, "tem o problema da Selic alta, que precisa crescer muito mais".

Fonte: Agência Sindical

NR-1: Governo estuda novo adiamento de regra sobre saúde mental no trabalho

Nova regra está prevista para entrar em vigor em 25 de maio, após um primeiro adiamento de um ano



Crédito: José Cruz/Agência Brasil

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) estuda adiar, pela segunda vez, as atualizações da NR-1, a norma regulamentadora sobre saúde mental e segurança no trabalho. A nova regra, que inclui obrigações das empresas quanto aos riscos psicossociais dos trabalhadores, está prevista para entrar em vigor em 25 de maio, após um primeiro adiamento de um ano.

Na prática, a NR-1 passa a exigir que empresas identifiquem e controlem riscos psicossociais, causados por condições de trabalho que podem atuar como estressores, como sobrecarga, pressão por prazos, conflitos e falta de apoio.

Em 17/3, o MTE publicou um Manual de Interpretação e Aplicação que consolida o modelo de Gerenciamento

Brasília-DF, 27 de março de 2026

de Riscos Operacionais (GRO) como eixo central da regulação. O manual publicado reforça que o GRO deve ser estruturado como um sistema de gestão, baseado em ciclos permanentes de planejamento, execução, verificação e melhoria, com o objetivo de antecipar situações de risco e evitar acidentes e adoecimentos.

Nesse contexto, a norma deixa de admitir práticas informais ou avaliações baseadas apenas em experiência empírica, passando a exigir metodologia definida, critérios documentados e rastreabilidade das decisões.

Negociação de novo prazo

Em entrevista realizada no dia 13/3 durante encontro no Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado (Sescon-SP), o ministro do Trabalho Luiz Marinho disse que a Norma Regulamentadora 1 entraria em vigor já no mês de maio, sem novo adiamento. No fim do encontro, contudo, abriu para alguma negociação.

"Estou aberto a repensar a entrada em vigor em 26 de maio se a demanda vier organizada", disse ele. "Mas quando adiamos ano passado, não era para as empresas esperarem passar os 12 meses para começarem a se preparar", afirmou o ministro.

A possibilidade de novo adiamento, porém, entrou no radar após sindicatos e o setor de serviços apresentarem novas preocupações para entrada em vigor da norma.

No encontro com o ministro Marinho, o setor apresentou como uma das principais preocupações a necessidade de protocolos específicos para determinar se os problemas psicossociais dos trabalhadores foram causados pelo trabalho ou por questões pessoais — algo mais fácil de se verificar em casos de riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos.

Procurado pelo JOTA nesta terça-feira (24/3), o MTE afirmou que a possibilidade de novo adiamento está "em estudo" e que ainda não há confirmação. A pasta também informou que, assim que houver uma definição mais concreta, as informações serão divulgadas.

Impacto da NR-1 no ambiente de trabalho

A mudança altera e reestrutura os processos internos das empresas, uma vez que o guia oficial do MTE explica que os riscos psicossociais relacionados ao trabalho decorrem de problemas na concepção, organização e gestão do trabalho. Também sugere que a nova gestão deve ser feita em combinação com outras NRs, como a NR-17, começando pela Avaliação

Ergonômica Preliminar (AEP) e, quando necessário, avançando para a Análise Ergonômica do Trabalho (AET).

A norma passa a exigir um ciclo contínuo de identificação, avaliação, prevenção, acompanhamento e revisão das medidas adotadas. Passa a ser necessário, portanto, revisar as políticas e práticas internas das organizações, identificar potenciais ameaças ao bem-estar dos trabalhadores, como estresse ocupacional e sobrecarga, além de implementar medidas preventivas para reduzir esses riscos.

Nas inspeções a serem realizadas, segundo o MTE, os auditores devem observar a organização do trabalho, analisar documentos, verificar dados de afastamento e entrevistar trabalhadores para identificar situações de risco psicossocial.

Fonte: Jota

MTE amplia prazo para empresas divulgarem o 5º Relatório de Transparência Salarial



O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) prorrogou, de 31 de março para 6 de abril, o prazo para que empresas com 100 ou mais funcionários publiquem o Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios. Desde 20 de março, o documento já está disponível para download no portal Emprega Brasil.

Os empregadores podem baixar o documento e publicá-lo em seus canais institucionais — como sites, redes sociais ou outros meios equivalentes —, assegurando fácil acesso e ampla visibilidade para trabalhadores e para o público em geral.

A publicação do relatório pelas empresas é obrigatória. O descumprimento pode resultar na aplicação de multa, conforme previsto na legislação. O MTE já realiza o monitoramento e a fiscalização do cumprimento da exigência.

A mudança de prazo se deve a problemas técnicos no acesso aos dados. "Para evitar qualquer problema

Brasília-DF, 27 de março de 2026

para as empresas, estamos ampliando o prazo de divulgação do quinto relatório até o dia 6 de abril”, ressalta Paula Montagner, subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho do MTE. Segundo ela, a expectativa é publicar o relatório com todos os dados consolidados no início do mês de abril.

Esta é a quinta edição do relatório, previsto na Lei da Igualdade Salarial, que tem como objetivo dar transparência às diferenças de remuneração entre mulheres e homens que exercem a mesma função. O documento reúne informações fornecidas pelas empresas, dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), referentes ao período de janeiro a dezembro de 2025, além de dados complementares enviados pelos empregadores.

Fonte: MTE

Motta quer votar fim da escala de trabalho 6x1 em maio no Plenário

Presidente da Câmara também defende votação de proposta sobre terras raras

Acervo Câmara dos Deputados



O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que pretende levar ao Plenário em maio a votação das propostas de emenda à Constituição que preveem a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1. Segundo ele, a admissibilidade da proposta deve ser votada no início do próximo mês na Comissão de Constituição e Justiça e seguir para a comissão especial.

As propostas são: PEC 8/25, da deputada Erika Hilton (Psol-SP); e PEC 221/19, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

Motta concedeu entrevista nesta quarta-feira (25) na Paraíba. Ele defendeu que o trabalhador tenha mais tempo de lazer, mais tempo para cuidar da saúde e mais tempo para a família, sem perder a produtividade.

“Precisamos ter sabedoria para ouvir o setor produtivo e quem emprega, para ter uma proposta que não represente um retrocesso para o país”, disse o presidente.

Minerais estratégicos

Motta também afirmou que deve entrar em votação em breve a proposta que regulamenta a exploração das chamadas terras raras. Segundo o presidente, o relator do texto, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), tem buscado dialogar com o governo e o setor produtivo para a criação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos.

O Projeto de Lei 2780/24 cria uma política para fomentar a pesquisa, a lavra e a transformação de minerais críticos e estratégicos de maneira sustentável.

Motta defendeu uma legislação moderna na área, que garanta emprego e renda no país. “Que seja uma legislação abrangente, que permita que algumas empresas possam explorar esses minerais no Brasil, mas que aqui fiquem os dividendos, para que o Brasil possa exportar o produto com alto valor agregado”, disse.

Fonte: Agência Câmara

[Confira a programação...](#)